Ética na Pesquisa

Apresentação

Nesta Unidade de Aprendizagem, estudaremos sobre a ética na pesquisa. A ética na pesquisa está relacionada ao posicionamento e adequação do comportamento do pesquisador em relação aos sujeitos da pesquisa ou àqueles que de alguma forma fazem parte dela.

Bons estudos.

Ao final desta Unidade de Aprendizagem, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Identificar o que é ética.
- Analisar a importância da ética para as organizações e os indivíduos que realizam a pesquisa.
- Reconhecer a atuação do Comitê de Ética nas instituições de ensino que realizam pesquisas com seres humanos.



Em uma renomada série médica de TV, uma das médicas da equipe tem uma doença autoimune, degenerativa, e se cadastra em um experimento, realizado pelo próprio hospital em que trabalha, para testar um novo medicamente para o tratamento. Em um determinado momento ela se mostra confiante nos resultados e comenta com seu colega de trabalho, que chefia a pesquisa.

Ao constatar que a colega de trabalho, sua namorada, faz parte do grupo a quem está sendo administrado um placebo, com a finalidade de controle, ele a troca, no decorrer da pesquisa, para colocá-la no grupo que está tomando o medicamento que está em teste no experimento.

Analise a situação acima descrita e aponte quais questões éticas estão em jogo com este caso.

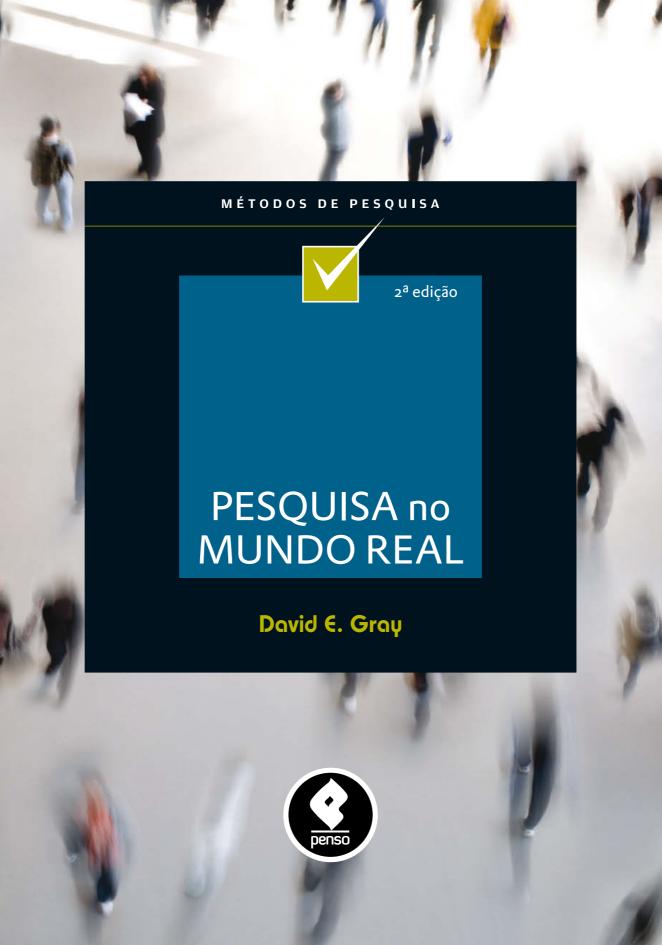


Veja na imagem a seguir os cinco princípios éticos na pesquisa.

PRINCÍPIOS ÉTICOS NA PESQUISA 1 - Evitar danos aos particpantes 2 - Garantir seu consentimento informado 3 - Respeitar sua privacidade 4 - Evitar o uso de engano 5 - Não revelar nomes

Conteúdo do livro

Para o aprofundamento teórico, acompanhe um trecho do livro *Pesquisa no mundo real*, da série Métodos de Pesquisa. Leia até a página 82, no quadro denominado **Resumo**.





G778p Gray, David E.

Pesquisa no mundo real [recurso eletrônico] / David E. Gray ; tradução: Roberto Cataldo Costa ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2012.

Editado também como livro impresso em 2012. ISBN 978-85-63899-29-3

1. Metodologia. 2. Métodos de pesquisa. I. Título.

CDU 001.891

Catalogação na publicação: Ana Paula M. Magnus - CRB 10/2052

4 Ética na pesquisa

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Depois de ler este capítulo, você será capaz de:

- ✓ Definir o que queremos dizer com ética.
- ✓ Explicar por que a ética é tão importante hoje para organizações e indivíduos que realizam pesquisa.
- ✓ Descrever por que a adoção de uma abordagem ética à pesquisa é importante.
- ✓ Descrever como os princípios éticos podem se beneficiar de um desenho de pesquisa sólido.
- ✓ Aplicar uma estrutura ética a seu próprio desenho e sua prática de pesquisa.

Trataremos de uma série de questões éticas que são específicas de determinados métodos de pesquisa nos capítulos posteriores. Neste, examinaremos algumas das considerações éticas mais de importância geral. Ética é um termo filosófico derivado da palavra grega ethos, que significa caráter ou costume. A ética da pesquisa está relacionada à adequação do comportamento do pesquisador em relação aos sujeitos da pesquisa ou àqueles que são afetados por ela. Como a pesquisa no mundo real lida, inevitavelmente, com pessoas e coisas que as afetam, as questões éticas podem surgir nas etapas de planejamento, implementação e elaboração de relatórios da pesquisa. Algumas delas, à primeira vista, parecem ser uma questão de cortesia e bom senso, mas, como veremos, os temas éticos muitas vezes geram complexidade. Como sugerem Korac--Kakabadse e colaboradores (2002), um dos desafios do comportamento ético é que ele reside na zona indefinida onde não existem dicotomias claras entre certo e errado.

O QUE QUEREMOS DIZER COM ÉTICA?

Ética em pesquisa significa os princípios morais que orientam a pesquisa (Economic and Social Research Council, ESRC, 2004) ou, como diz Homan (1991, p. 1), a "ciência da moralidade". Significa realizar pesquisa de maneira que vá além de simplesmente adotar a metodologia mais apropriada e realizá-la de forma responsável e moralmente defensável. A ética, então, consiste em conjuntos de princípios morais ou normas que são adotadas para guiar as escolhas morais de comportamento e relacionamento com outros (Blumberg et al., 2005). No entanto, isso faz soar como se esses princípios fossem facilmente construídos e aplicados, quando está longe de ser o caso, em parte porque a ética na pesquisa envolve pressupostos ontológicos, epistemológicos e teóricos (Payne, 2000).

Este capítulo não procura apresentar uma revisão completa e abrangente das

teorias da ética, e sim tratar dos modelos que estão relacionados à ética em pesquisa. É por isso que examinaremos principalmente a ética normativa e não a metaética (a qual está relacionada à forma ou à base da ética e faz perguntas como "existe o bem?" e "se existem fatos morais, como podemos conhecê-los?"). A ética normativa inclui a perspectiva deontológica (do grego deon, que significa dever ou obrigação), a qual afirma que os fins nunca justificam os meios, de forma que os princípios éticos nunca deveriam ser comprometidos (ver o Quadro 4.1). Contudo, há duas visões sobre essa perspectiva. A visão universalista afirma que essas regras ou princípios nunca deveriam ser rompidos; já a posição contingente ou relativista considera que essas regras, ou deveres, podem variar entre países, comunidades ou grupos profissionais.

Uma posição alternativa dentro da ética normativa é a teleológica, a qual diz que a moralidade dos meios só pode ser julgada no contexto daquilo que está sendo obtido. A visão universalista das perspectivas teleológicas afirma que seguir um conjunto universal de regras é legítimo se levar aos fins desejados (utilitarismo das regras). A visão contingente das perspectivas teleológicas, contudo, sustenta que os atos devem ser julgados puramente com base em seus resultados – os fins sempre justificam os meios, isto é, utilitarismo dos atos. Assim, por exemplo, o uso de formas de enganar se justifica se os resultados de pesquisa tiverem benefícios tangíveis aos participantes da pesquisa ou a outro grupo. O problema neste caso é que não apenas os benefícios podem ser moralmente questionáveis, mas os participantes da pesquisa e os ditos beneficiados podem ser grupos diferentes de pessoas.

QUADRO 4.1

Um resumo de visões de ética

	Universalista	Contingente/relativista
Deontológica/Não consequencialista	Os princípios éticos nunca devem ser rompidos. Rompê-los é moralmente errado e prejudica a pesquisa social. Exemplo: kantismo.	Deveres para com determinados países, comunidades, grupos profissionais e clientes, etc. Exemplo: formas de comunitarismo.
Teleológica/ Consequencialista	Os meios não se sobrepõem aos fins, mas muitas vezes se pode contar com a adoção de um conjunto universal de regras e práticas para atingir esses fins. Exemplo: utilitarismo das regras, em que manter promessas e reconhecer os direitos humanos são geralmente o melhor para produzir a maior felicidade para o maior número de pessoas.	Os atos deveriam ser julgados puramente a partir de seus possíveis resultados – os fins justificam os meios. "Atos moralmente questionáveis" (por padrões universalistas, como mentir, tratar algumas pessoas de forma desumana) são justificados se produzirem consequências "boas". Exemplo: utilitarismo dos atos.

O CRESCIMENTO DOS CÓDIGOS ÉTICOS DA PRÁTICA

As preocupações com a pesquisa ética surgiram após a Segunda Guerra Mundial, quando as evidências sobre os experimentos nazistas com vítimas de campos de concentração foram conhecidas amplamente.

Um resultado foi o Código de Nuremberg, de 1947, consequência do tribunal de crimes de guerra, que estabeleceu 10 padrões a serem seguidos por quem realiza experimentos humanos, incluindo o consentimento voluntário e informado dos **sujeitos** de pesquisa (ver o Quadro 4.2). Posteriormente, foi superado pela Declaração de Helsinque, que buscou equilibrar o interesse dos sujei-

tos da pesquisa com a necessidade de fazer pesquisa científica. Comparadas com as ciências médicas, as ciências sociais não têm sido tão persistentes e diligentes na forma como desenvolveram padrões éticos (Schneider, 2006). Isso ocorre, em parte, porque a diversidade das ciências sociais fez com que cada disciplina tenha tratado da ética em seu próprio contexto. Reconhece-se agora que, como as ciências naturais e médicas, as ciências sociais também são capazes de produzir empreendimentos que acarretam riscos (Haggerty, 2004). Embora a escala de risco produzida pela pesquisa em ciências sociais geralmente é menor, vários estudos importantes alertaram os pesquisadores para os potenciais perigos éticos (ver o Estudo de Caso 4.1).

▼ QUADRO 4.2

Resumo dos 10 pontos do Código de Nuremberg sobre experimentação humana

- 1. O consentimento voluntário dos sujeitos humanos é absolutamente essencial.
- O experimento deve ser tal que produza resultados vantajosos para a sociedade, os quais não possam ser buscados por outros métodos de estudo, mas não podem ser feitos de maneira aleatória ou desnecessária.
- 3. O experimento deve ser desenhado e baseado em um conhecimento do problema em estudo, de modo que os resultados previstos justifiquem sua realização.
- O experimento deve ser realizado de forma a evitar todo o sofrimento e dano mental e físico desnecessário.
- 5. Nenhum experimento deve ser realizado em que haja uma razão *a priori* para se acreditar que ocorrerá morte ou danos.
- 6. O grau de risco a ser assumido nunca deve exceder aquele determinado pela importância humanitária do problema a ser resolvido pelo experimento.
- Devem ser feitas as preparações adequadas e providenciadas as devidas instalações para proteger o sujeito do experimento contra possibilidades, mesmo que remotas, de haver dano, deficiências ou morte.
- 8. O experimento deve ser realizado apenas por pessoas cientificamente qualificadas.
- 9. No decorrer do experimento, o sujeito humano deve ter liberdade de interrompê-lo se tiver chegado a um estado mental ou físico no qual a continuação lhe parecer impossível.
- 10. No decorrer do experimento, o pesquisador deve estar preparado para encerrá-lo a qualquer momento, se tiver razões para acreditar que sua continuação provavelmente resultará em danos, deficiências ou morte do sujeito experimental.

Fonte: National Institutes of Health, 2008.

☑ Estudo de Caso 4.1

EXEMPLOS DE PRÁTICA ETICAMENTE DISCUTÍVEL

Um dos experimentos mais infames a levantar importantes questões éticas foi o realizado por Milgram (1974), o qual investigou o processo de obediência à autoridade. Nesse caso, o "experimentador" supervisa um experimento no qual dois participantes são informados de que fazem parte de um estudo sobre os efeitos da punição na retenção de memória. Um participante assumiu o papel do "aluno" e o outro do "professor". O professor era o participante real da pesquisa, mas o "experimentador" e o "aluno" eram, na verdade, pesquisadores disfarçados. O "aluno" foi levado a uma sala separada e conectado a eletrodos. A seguir, o professor fez ao aluno uma série de perguntas. A cada resposta errada, o professor (participante da pesquisa) deveria administrar um choque. Embora, na prática, o equipamento fosse falso e não desse qualquer choque, o professor deveria aumentar a voltagem a cada resposta equivocada. À medida que a voltagem aumentava, o aluno começava a gemer, pedia para ser liberado, gritava e caía em um silêncio sinistro. Cerca de 60% dos participantes puniram o aluno até o ponto de ele "desmaiar". Milgram acreditava estar demonstrando até onde as pessoas obedecem a autoridade quando lhes é pedido que realizem uma tarefa, não importa o quão desagradável. Mas os críticos condenaram o experimento por uma série de razões, incluindo os danos psicológicos aos participantes, o uso de engano e ignorar a necessidade de consentimento informado. Segundo Cassell (1982, p. 21), o que o estudo de Milgram tinha de antiético era expor os participantes a um "autoconhecimento não solicitado".

ATIVIDADE 4.1

O experimento Milgram era justificado? Pense nisso em termos de deveres dos pesquisadores, direitos humanos, resultados e visões sobre vulnerabilidade e autonomia.

Nos últimos 20 ou 30 anos, a ética na pesquisa surgiu como uma questão cada vez mais destacada, em parte porque, tanto nos negócios quanto nas profissões, as pessoas têm se deparado com problemas cada vez mais complexos, muitos deles contendo dimensões éticas (Nicholson, 1994). É provável que haja uma série de razões para isso. Com certeza, a maioria das associações profissionais e instituições educacionais que se envolvem em pesquisa gerou seus próprios códigos de ética, em parte para reduzir o risco de processos judiciais contra qualquer um de seus membros que fosse acusado de

agir de forma antiética. No entanto, em um aspecto mais positivo, também é porque essas instituições querem promover uma abordagem mais profissional à pesquisa e um comportamento ideal, e a adesão à conduta ética só pode ajudar nisso. Na verdade, longe de ser visto como um obstáculo, planejar uma pesquisa que siga princípios éticos só pode ajudar em sua realização – mesmo que o plano nunca precise ser apresentado a um comitê de ética. Esperamos que a justificação desta afirmativa venha à tona à medida que você lê este capítulo.

Independentemente dos pesquisadores profissionais, o outro grande agrupamento é o dos estudantes que estudam áreas como ciências sociais e administração. Como parte da etapa de dissertação em seus estudos, eles geralmente têm que realizar alguma pesquisa básica que envolverá coleta de dados por meio de, por exemplo, pesquisa de levantamento, entrevistas ou grupos focais. Instituições de pesquisa certificadas, como

as universidades, estão cada vez mais preocupadas com os riscos de litígio por parte de participantes de pesquisas ou das organizações em que trabalham, se algum desses estudos der errado. Por isso, a maioria dos institutos de educação superior e faculdades estabeleceu seus próprios comitês de ética, os quais avaliam a pesquisa segundo um conjunto de diretrizes éticas cuidadosamente formuladas. Caso, digamos, o orientador esteja preocupado com o surgimento de problemas éticos, o aluno deverá submeter sua proposta de pesquisa ao comitê de ética da instituição para ser aprovada. Se isso for negado, a pesquisa não poderá continuar.

ATIVIDADE 4.2

Se você é um estudante fazendo um curso formal, verifique o código de ética de sua instituição, que geralmente pode ser encontrado na forma de publicação (muitas vezes, no manual de seu curso), no site da instituição ou em ambos. Esse código se baseia em abordagens universalistas ou contingentes, segundo o Quadro 4.1?

Seja você um pesquisador profissional, um estudante ou qualquer outra pessoa envolvida em pesquisa, certifique-se de conhecer e tentar seguir qualquer código de ética que comanda sua pesquisa.

O FOCO DA ÉTICA

Potencialmente, qualquer pesquisa que envolva a coleta de dados ou contato com populações humanas (ou animais) diz respeito a considerações éticas. Segundo o ESRC no Reino Unido (2004), as questões que implicam um elemento normalmente mais amplo de risco ético são:

✓ Pesquisa envolvendo grupos vulneráveis – por exemplo, crianças e jovens, pessoas com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais, ou indivíduos em

- uma relação de desigualdade ou dependência.
- ✓ Pesquisa envolvendo temas delicados – por exemplo, atividades sexuais ou ilegais, ou a experiência das pessoas com abusos ou violência.
- ✓ Pesquisa em que os grupos só podem ser acessados por meio de alguém com controle do acesso a espaços importantes (guardiões) – por exemplo, alguns grupos étnicos ou culturais.
- ✓ Pesquisa envolvendo um elemento de engano, como uma observação oculta (ver o Capítulo 15), usado sem o consentimento total ou informado do participante.
- ✓ Pesquisa envolvendo acesso a documentos ou informações confidenciais.
- ✓ Pesquisa que causaria estresse, ansiedade ou humilhação entre grupos-alvo.
- ✓ Pesquisa envolvendo estratégias invasivas que as pessoas não enfrentariam normalmente em suas vidas cotidianas – por exemplo, administração de drogas ou fazer com que as pessoas façam exercícios físicos extremos.

O que muitas dessas situações têm em comum é o uso de formas de engano, a invasão da privacidade dos respondentes ou participantes correndo o risco de ter algum tipo dano emocional ou físico.

PRINCÍPIOS ÉTICOS

Os princípios éticos, portanto, enquadram-se em quatro áreas principais, a saber, a necessidade de:

- ✓ Evitar danos aos participantes.
- ✓ Garantir seu consentimento informado.
- ✓ Respeitar sua privacidade.
- ✓ Evitar o uso de engano.

Examinemos cada um desses mais detalhadamente.

Evitar danos aos participantes

Como, com certeza, você sabe, o termo "dano" pode cobrir um leque muito amplo

de questões, desde o dano físico ao mental e o emocional. A pesquisa será considerada danosa, por exemplo, se fizer com que um participante seja constrangido, ridicularizado, depreciado ou submetido a desconforto mental em termos gerais (Sudman, 1998), ou se produzir ansiedade ou estresse aos participantes ou gerar reações emocionais negativas. As pesquisas em locais de trabalho costumam requerer que os respondentes expressem suas visões e suas opiniões sobre questões relacionadas ao seu trabalho, que podem incluir críticas à organização e a sua administração. Se os indivíduos puderem ser identificados, em casos extremos, isso pode causar não apenas constrangimento, mas também punições ou demissão. Se for solicitada confidencialidade, ela deve ser cumprida. Contudo, mesmo que se tenham feito tentativas de preservar o anonimato, nunca é totalmente impossível identificar as pessoas, principalmente aquelas que se sabe que têm determinadas opiniões. De forma que pode haver uma diferença entre (boas) intenções e prática. Caso se saiba de antemão que a confidencialidade pode ser rompida, a pesquisa não deve seguir adiante. A situação é a mesma em organizações. Se a pesquisa, por exemplo, tratou de uma grande organização em uma pequena localidade, pode não ser necessário ter as habilidades de um detetive para saber o nome dela. Se existir algum risco de rompimento do anonimato, os indivíduos ou as organizações devem ser informados disso, para que possam se retirar da pesquisa se quiserem - aderindo ao princípio do "consentimento informado" (ver adiante).

O que significa, na prática, evitar danos? Claramente, em um extremo, quer
dizer garantir que não haja qualquer dano
físico aos respondentes. Em contraste com
algumas pesquisas médicas, a maioria das
pesquisas sociais ou sobre negócios não implica esses riscos. Entretanto, pode haver
riscos de se causarem danos psicológicos
aos participantes, ou ansiedade, estresse,
constrangimento ou perda da autoestima.
Sudman (1998) afirma que evitar riscos
poderia incluir atos aparentemente triviais
como agendar entrevistas de forma a evitar

problemas ao respondente. Moreno (1999), por exemplo, afirma que a pesquisa eticamente aceitável deve seguir o princípio do respeito às pessoas. Isso significa que o estudo não deve ser mal desenhado a ponto de ter poucas chances de chegar a resultados relevantes. Mesmo que um projeto de pesquisa possa não realmente causar danos, o fato de seus resultados serem parcos continua desrespeitoso. Igualmente, cumprir o princípio da justiça significa que o desenho de pesquisa de um estudo não deve causar prejuízos a qualquer grupo social específico, a menos que haja ganhos compensadores.

Na verdade, pode-se argumentar que os pesquisadores devem ir além de evitar danos aos participantes e visar, em vez disso, possíveis benefícios. Um benefício potencial da pesquisa é aumentar o estoque de conhecimento humano. Agir eticamente, portanto, significa desenhar estudos de tal forma que sejam capazes de render resultados precisos e válidos. Também significa realizar estudos cujos resultados tenham relevância para além dos interesses do pesquisador. Mesmo se a pesquisa não chegar a ser "revolucionária", os participantes podem se beneficiar se receberem um resumo dos resultados do estudo ou os resultados de qualquer avaliação (p. ex., testes psicométricos) da qual eles tenham participado como parte da pesquisa. Pelo menos, isso pode dar aos participantes um melhor autoconhecimento.

Garantir o consentimento informado

O princípio do consentimento informado significa que os participantes da pesquisa recebem informação suficiente e acessível sobre um projeto para que possam tomar uma decisão informada sobre seu envolvimento ou não (Crow et al., 2006). A palavra "suficiente" é importante aqui. Sudman (1998) sugere que a quantidade de informações fornecida aos respondentes deve refletir o grau de risco envolvido no estudo. A maior parte da pesquisa com pesquisa de levantamento, por exemplo, envolve baixos níveis de risco aos respondentes, de modo que a quantidade de tempo gasto explicando o propósito

do estudo seria relativamente pequena. Geralmente, para um questionário do tipo pesquisa de levantamento, uma seção introdutória forneceria as seguintes informações:

- ✓ Os objetivos da pesquisa.
- ✓ Quem irá realizá-la.
- ✓ A quem está se pedindo que participe.
- ✓ Que tipo de informação se busca.
- ✓ Quanto do tempo do participante está sendo solicitado.
- ✓ Que a participação no estudo é voluntá-
- ✓ Que responder a todas as perguntas é um ato voluntário.
- ✓ Quem terá acesso aos dados quando tiverem sido coletados.
- √ Como se preservará o anonimato dos respondentes.
- ✓ A quem deve ser entregue e até quando.



☑ Dica Quente 4.1

Ao compor a seção introdutória de uma pesquisa de levantamento, seja o mais preciso e sucinto possível, evitando enrolar e ser ambíguo. Peça que outras pessoas revisem e critiquem a descrição, como amigos, colegas ou um orientador, para que a versão final seja "bem acabada".

O consentimento informado é particularmente importante onde houver grupos considerados "vulneráveis", pois eles podem ser mais propensos à coerção, à exploração e a danos do que os outros. A obtenção do consentimento informado pode render importantes efeitos colaterais positivos para projetos de pesquisa (Crow et al., 2006):

- ✓ Os participantes provavelmente terão mais confiança na pesquisa e assim serão mais abertos e francos em suas respos-
- ✓ Maior confiança na pesquisa deve também aumentar os níveis de participação.

✓ Os pesquisadores são forçados a definir e esclarecer melhor os propósitos de sua pesquisa, o que ajuda os participantes, mas também aos próprios pesquisado-

Contudo, é essencial que os participantes recebam informações que tenham sentido para eles (evitando linguagem e jargão complexos e teóricos) e que sejam suscintas e oportunas. É claro que há circunstâncias em que é simplesmente impraticável obter consentimento informado – por exemplo, quando se pesquisam atividades ilegais como a observação de gangues que fazem tráfico de drogas ou de pessoas. No entanto, pelo menos no caso de a pesquisa estar sendo realizada por estudantes, ela tem poucas probabilidades de receber aprovação ética de seu orientador ou do comitê de ética de sua instituição.

Na prática, é importante distinguir entre diferentes abordagens para obter consentimento. Nas pesquisas de levantamento, por exemplo, quanto esforço deve ser dedicado a convencer alguém a participar? Sudman (1998) distingue entre recusas "rígidas" e "suaves". Uma recusa suave é quando alguém diz "não, estou muito ocupado agora", ou "agora não é um bom momento para mim". Uma recusa "rígida" é quando a pessoa diz "não, realmente não tenho interesse". As recusas rígidas não devem ser enfrentadas com insistência, enquanto suaves podem ser. Mas, mesmo no caso destas, geralmente não se deve insistir mais do que uma vez. Igualmente, com pesquisas de levantamento por correio, os respondentes que retornarem o questionário dizendo que não desejam participar não devem receber novas solicitações, mas os que não retornam imediatamente podem receber um lembrete.

Uma ferramenta comum para coleta de dados na pesquisa social e empresarial é a observação oculta (ver o Capítulo 15), quando o pesquisador nem revela sua identidade. Quando, por exemplo, o pesquisador trabalhar junto com um grupo de trabalhadores, observando e, talvez, fazendo anotações secretas, as pessoas estão sendo observadas sem seu consentimento. Em um artigo

clássico (Erikson, 1967) há várias objeções graves à observação disfarçada.

- ✓ O pesquisador pode prejudicar os que estão sendo observados no cenário social de formas que não podem ser previstas.
- ✓ O engano provavelmente prejudicará a reputação do assunto sobre o qual se faz a pesquisa.
- ✓ O próprio ato de entrar em um campo social para estudá-lo, muda e desorganiza aquele cenário, mesmo que se tomem precauções.

Goode (1996), contudo, questiona essas noções, afirmando que não deve haver proibição a métodos de pesquisa oculta. Ele insiste em que se avalie a ética da observação disfarçada de forma situacional, caso a caso. O engano só é indesejável no abstrato, mas se não há prejuízo para os

respondentes e alguns benefícios advêm do estudo, na forma de novo conhecimento, o estudo faz mais bem do que mal (Goode, 1996).

Mesmo assim, o interesse fundamental do pesquisador deve ser proteger os respondentes de danos. Sendo esse o caso, a maioria dos comitês de ética vai analisar mais detalhadamente qualquer proposta de observação oculta. Mesmo em desenhos de pesquisa que envolvam observação ou coleta aberta de dados, como a entrevista, muitas vezes é difícil fornecer aos participantes absolutamente todas as informações de que eles podem precisar. Por exemplo, para um questionário pela internet, pode-se omitir o tempo estimado de que os respondentes precisam para responder, de modo que eles não sejam desestimulados a fazê-lo. Igualmente, na pesquisa etnográfica, pode simplesmente ser impraticável informar as

☑ Estudo de Caso 4.2

EXEMPLOS DE COMO DIFERENTES CÓDIGOS DE ÉTICA PARA A PRÁTICA LIDAM COM A OBSERVAÇÃO

British Psychological Society

Os estudos baseados em observação devem respeitar a privacidade e o bem-estar psicológico dos indivíduos estudados. A menos que as pessoas observadas deem seu consentimento, a pesquisa observacional só é aceitável onde essa observação puder ser feita por estranhos. Além disso, devem-se considerar, especialmente, os valores culturais locais e a possibilidade de intromissão na privacidade de indivíduos que, mesmo em um lugar nominalmente público, podem acreditar que não estejam sendo observados.

Social Research Association

Nos estudos em que se observam padrões de comportamento sem o conhecimento dos sujeitos, os pesquisadores sociais devem tomar cuidado para não infringir o que pode ser chamado de "espaço privado" de um indivíduo ou grupo. Isso varia de cultura para cultura. Onde for viável, os pesquisadores sociais devem tentar obter consentimento post hoc. De qualquer forma, devem interpretar os padrões de comportamento que parecem dificultar deliberadamente a observação como uma recusa ou permissão tácita a ser respeitada.

Academy of Management

A confidencialidade não é necessária com relação a observações em lugares públicos, atividades realizadas em público ou outros contextos onde não há regras de privacidade previstas em lei nem nos costumes.

muitas pessoas em um local de trabalho ou comunidade. Entretanto, mesmo onde for impossível ou impraticável evocar informações de participantes antes de a pesquisa acontecer, deve-se obter consentimento *post hoc* após o evento.

ATIVIDADE 4.3

De que maneiras o estudo de indivíduos em espaços públicos pode ser realizado de forma diferente quando se adota cada um dos códigos de ética?

Respeitar a privacidade dos participantes

O direito à privacidade é um dos preceitos básicos da vida em uma sociedade democrática. Como cidadãos cumpridores da lei, não esperamos que nossas comunicações com outras pessoas (sejam cartas, e-mails ou discussões) sejam monitoradas, por exemplo, por agentes do estado. Nem esperamos ter que dar informações pessoais a governos ou outras agências, a menos que nos seja apresentado um bom argumento. Da mesma forma, os pesquisadores não têm qualquer direito de se intrometer nas questões pessoais de um respondente. O princípio geral neste caso é que os respondentes devem sempre ter que dar seu consentimento informado para dar a informação. Isso significa não apenas dar esse consentimento antes de, digamos, o início de uma entrevista, mas também durante a própria entrevista. Dessa forma, os respondentes têm o direito de se retirar de uma entrevista a qualquer momento ou se recusar a responder a uma pergunta que considerem invasiva. Os pesquisadores têm que deixar claro aos respondentes que sua participação na pesquisa é totalmente voluntária e que eles têm direito de se retirar a qualquer momento. Esse direito a sair precisa ser declarado em qualquer preâmbulo antes de uma entrevista ou na introdução de um questionário.

Como vimos, a observação oculta ou, na verdade, qualquer tipo de método oculto é, quase que por definição, uma invasão da privacidade do indivíduo, em grande parte porque as pessoas não têm a oportunidade de se recusar a participar. Um pesquisador trabalhando de forma oculta junto a um grupo de trabalhadores do correio para observar suas práticas de trabalho (até mesmo as más práticas) estaria potencialmente sujeito a ouvir informações pessoais, fofocas sobre outras pessoas e, às vezes, atividades clandestinas. Nessa situação, nenhum dos trabalhadores envolvidos está ciente do papel do pesquisador e, embora eles estejam involuntariamente fornecendo informações, nenhum teve a oportunidade de permanecer anônimo.

Ouestões de anonimato e confidencialidade se tornam mais importantes quando se trata das formas como os dados coletados. por um pesquisador são armazenados e que tipo de controle existe para impedir que sejam acessados e usados por outras pessoas (pesquisadores ou não). É aqui que entra em cena o Data Protection Act, de 1998, que trata de dados pessoais (incluindo fatos e opiniões) sobre um indivíduo vivo que possa ser identificado, seja pelos dados, seja a partir de outras informações em poder de outro. Essa lei visa manter restrições ao processamento de dados, incluindo sua forma de obtenção, registro e armazenamento, e também a análise realizada com eles. Os principais pontos a observar são:

- ✓ A lei diz respeito a fatos e opiniões.
- ✓ Os dados pessoais devem ser obtidos de forma justa e legal. Os respondentes devem saber o nome do detentor dos dados (a instituição), o propósito pelo qual os dados estão sendo coletados e processados e a quem serão expostos.
- ✓ Dados pessoais incluem dados mantidos de forma eletrônica e manual (como arquivos de papel, fichas).
- ✓ Os dados pessoais devem ser precisos e mantidos atualizados, e não devem ser guardados por mais tempo do que o necessário.

- ✓ Devem ser tomadas medidas adequadas de segurança contra a perda ou a destruição acidental dos dados e contra o processamento ilegal e não autorizado de dados pessoais.
- ✓ Dados pessoais não devem ser transferidos a um país fora da Área Econômica Europeia, a menos que esse país possa oferecer a devida proteção aos dados.

Na prática, isso significa que a informação sobre nomes, números de telefone, endereços eletrônicos e postais e quaisquer outras características identificadoras devem ser restringidas. Se outros pesquisadores desejarem ter acesso aos dados, deverão assinar formulários de confidencialidade e garantir não revelarem os dados. Os formulários usados para coletar dados de pesquisa de levantamento e entrevistas devem ficar inacessíveis a qualquer pessoa com exceção do pesquisador e de quem insere os dados. Também é aconselhável apagar as ligações entre os dados brutos e a informação armazenada em qualquer banco de dados. Por exemplo, quando inseridos no banco de dados, os respondentes podem ter atribuído um número identificador em código em lugar de seus nomes. Os arquivos de dados que permitem a um pesquisador reconstruir a ligação entre um número identificador e o nome do respondente devem ser mantidos inaccessíveis.

Há requisitos particularmente rígidos estabelecidos para dados delicados, que incluem informações sobre origem racial e étnica, saúde ou problemas físicos ou mentais e vida sexual. Para esse tipo de dados, é necessário que os sujeitos deem seu consentimento explícito. Há determinadas exceções feitas em relação aos dados que são coletados para propósitos de pesquisa. Esses dados podem ser mantidos indefinidamente e estão isentos dos direitos dos sujeitos de obter acesso, desde que os resultados do trabalho não estejam disponíveis de maneira que os sujeitos individuais possam ser identificados. Entretanto, os pesquisadores ainda são obrigados a dar informações aos sujeitos sobre os usos pretendidos da pesquisa.

Evitar o uso do engano

Enganar significa os pesquisadores apresentarem sua pesquisa como algo que ela não é. Embora a maioria deles condene automaticamente o engano como algo errado, na prática, muitos o fazem, em grande parte porque evitam ser completamente francos com os participantes para evocar as respostas mais naturais.

Um exemplo típico e comum seria não contar aos participantes que uma entrevista que eles concordaram em conceder levará 1 hora. Ser contra o engano não é simplesmente uma questão de desrespeitar os direitos humanos, também é uma questão prática de evitar construir uma reputação negativa que pode, a longo prazo, reduzir os níveis de cooperação dos participantes. Na prática, contudo, é difícil traçar uma linha entre o engano puro e simples e ser menos honesto em relação à verdade.

ATIVIDADE 4.4

O Estudo de Caso 4.3 também inclui um grupo-controle de gerentes desempregados que devem realizar uma bateria de testes psicométricos, mas que não recebem o treinamento. Isso é ético? Quais benefícios, se é que há algum, eles têm por participar?

PONDO EM PRÁTICA A ÉTICA

Já basta de princípios de ética. De que forma os pesquisadores realmente cumprem esses princípios, na prática? A seguir, examinaremos as várias etapas envolvidas.

Propostas

Como vimos no Capítulo 3, quando se começa uma dissertação ou tese acadêmica ou quando se assume uma consultoria, muitas vezes é necessário montar uma pro-

☑ Estudo de Caso 4.3

OBTENDO A APROVAÇÃO POR MEIO DO COMITÊ DE ÉTICA DE UMA INSTITUIÇÃO

Uma equipe de pesquisadores universitários recebeu uma verba de projetos para investigar o impacto de treinamento executivo em uma coorte de gerentes desempregados. Aos gerentes desempregados serão oferecidas até 10 horas de treinamento individual, cara a cara, por meio do qual se espera que eles adquiram maior autoconfiança, motivação e habilidades para procurar emprego e, assim, aumentem suas chances de obter um trabalho em tempo integral. Antes que se possa implementar a intervenção de treinamento e pesquisa, contudo, a equipe de pesquisa deve se reunir para discutir as implicações éticas do que está fazendo. Eles decidiram que sua meta de pesquisa principal incluirá medir o impacto do treinamento sobre a autoconfiança e a autoeficácia dos respondentes. Porém, os pesquisadores entendem que, para a pessoa que está sendo treinada, o processo muitas vezes pode abrir questões profundamente arraigadas. Como os beneficiários-alvo também estão desempregados, eles podem ser considerados como um grupo potencialmente "vulnerável".

Sendo assim, a equipe monta um protocolo de pesquisa no qual explicita as metas do projeto, bem como a forma com que o treinamento e a pesquisa serão realizados. Essencialmente, eles também demonstram como os interesses do grupo beneficiário serão protegidos. Todos os membros do grupo serão voluntários, e ninguém os coagirá a entrar no programa. Escreve-se uma carta a todos os participantes declarando os objetivos da pesquisa e lhes garantindo confidencialidade em termos de suas respostas. O protocolo, a carta e os outros documentos são submetidos ao comitê de ética da universidade e três semanas depois a equipe de pesquisa recebe sua resposta: "rejeitado"! O comitê de ética está preocupado por não terem sido tomadas providências para proteger participantes que possam ter problemas psicológicos relacionados à sua atual condição de desempregados. Mas o problema é rapidamente retificado. A equipe recruta um membro do departamento de psicologia, um psicólogo clínico, a quem serão encaminhados os problemas que possam ser identificados, seja por meio de uma bateria de instrumentos psicométricos na pesquisa ou no treinamento. Em uma segunda proposta, o protocolo é aceito e a pesquisa tem início.

posta ou protocolo de pesquisa o qual será analisado por um Comitê de Ética em Pesquisa (conhecido como *Institutional Review Board* em algumas instituições), como no Estudo de Caso 4.3. Anteriormente, a proposta costumava consistir em uma descrição de propósito, objetivos, metodologia e abordagens à análise de dados para a pesquisa. Hoje, porém, com o crescimento das considerações éticas, as propostas podem precisar de mais critérios, como descrito no Quadro 4.3. Sendo assim, o comitê examinador funciona como barreira protetora entre os pesquisadores e os potenciais participantes, procurando conscientizar sobre

a importância da ética e verificando se a pesquisa realmente vale a pena (ou seja, se os benefícios superam os custos), se repete trabalhos anteriores e se os métodos

ATIVIDADE 4.5

O Estudo de Caso 4.4 mostra que a confidencialidade nunca pode ser total. Identifique algumas circunstâncias em um de seus próprios projetos de pesquisa em que a confidencialidade pode ter que ser rompida.

QUADRO 4.3

Uma estrutura típica de proposta universitária (adaptado das diretrizes éticas da Universidade de Surrey)

Título do projeto:	
Nomes dos principais pesquisadores:	Qualificações: Departamento/Instituição:
Nomes de copesquisadores:	Qualificações: Departamento/Instituição:
Informações sobre outros colaboradores:	Qualificações: Departamento/Instituição:
Informações de patrocinadores (se houver):	
Objetivos da pesquisa:	
Antecedentes e fundamentação:	
Metodologia (incluindo objetivos de pesquisa, estudo, estratégia de amostragem, etc.):	desenho do
Tamanho e composição da amostra. Como a a obtida. Identificação de quaisquer grupos vuln	
Descrição de onde o projeto será desenvolvio universidade, em áreas comerciais, escolas, re	···
Informações sobre avaliação de riscos realizado relação à pesquisa, seja para participantes pot para pesquisadores. Se foi realizada, anexe um questões examinadas. Se não, explique por qu	enciais, seja n resumo das
Quais são os efeitos adversos, riscos ou perigo para (a) participantes da pesquisa? (b) pesquisa	•
Benefícios potenciais para participantes da per terceiros:	squisa ou
Providências detalhadas para coleta, retenção eliminação dos dados da pesquisa:	, uso e
Medidas tomadas para garantir confidencialida e proteção dos dados (p. ex., sua armazenage	•
Procedimentos para obter e documentar consinformado inicial e continuado:	sentimento
Foi realizada uma verificação de antecedentes relação a esta pesquisa? (Será necessária para	
	(contin

QUADRO 4.3

Uma estrutura típica de proposta universitária (adaptado das diretrizes éticas da Universidade de Surrey) (continuação)

pesquisa que coloquem funcionários e/ou estudantes em contato com crianças ou adultos vulneráveis). Caso tenha sido, anexe cópias da documentação relacionada:

Resultados esperados da pesquisa:

Identificação de como será dado o retorno aos participantes:

Assinatura do orientador (quando for o caso) para indicar que leu e aprovou a apresentação do protocolo:

Assinatura do pesquisador:

Data:

propostos provavelmente irão responder às perguntas de pesquisa (Alderson e Morrow, 2006). Há três resultados potenciais: a proposta é aceita sem correções e a pesquisa segue em frente; identificam-se problemas e a proposta tem que ser corrigida para atender às recomendações do comitê e reapresentada; a proposta é rejeitada, sem direito a representação. Observe que, se

você é estudante, seu orientador pode ser nomeado como pesquisador principal.

Obtendo aprovação escrita de locais de pesquisa

A pesquisa em organizações ou mesmo usando uma pesquisa de levantamento que

☑ Estudo de Caso 4.4

OS RESULTADOS NEGATIVOS DE NÃO SE OBTER ACORDO ÉTICO

Jacqueline Schneider (2006), pesquisadora da área de criminologia, relata como uma incapacidade de chegar a um acordo sobre um protocolo de pesquisa pode causar grandes problemas. Seu projeto envolvia a realização de entrevistas qualitativas com criminosos conhecidos, trabalhando em conjunto com um departamento de polícia local. No entanto, as relações entre a pesquisadora e a polícia rapidamente deterioraram quando esta insistiu que ela entregasse as fitas com a gravação das entrevistas para que pudessem ser usadas como provas para processar indivíduos ou como parte de coleta geral de inteligência. Schneider se recusou a entregar as fitas e foi alertada pela polícia que poderia ser processada por impedir o funcionamento da justiça. Por isso, para seu próximo projeto, ela elaborou um protocolo de pesquisa pelo qual a polícia concordava em não pedir dados de entrevistas específicas e esperaria pelo surgimento de um padrão geral da pesquisa. Entretanto, a pesquisadora liberaria informações quando, e se, fossem identificadas pessoas em vias de sofrer danos.

interceptam pessoas em um shopping center (onde se param frequentadores para fazer perguntas) deve ser aprovada com antecedência pela organização dona das instalações ou da propriedade. É essencial que essa aprovação seja escrita, a qual deverá ser obtida da sede central da organização. A aprovação pode demandar longas esperas, então deve ser planejada dentro dos calendários da pesquisa. Ao solicitá-la, os pesquisadores terão que usar o papel timbrado de sua própria organização para que a solicitação pareça o mais oficial possível. Devem ser descritos o propósito da pesquisa e os possíveis benefícios à organização.



☑ Dica Quente 4.2

Ao tentar obter a aprovação de organizações externas, certifique-se de que qualquer carta que escrever identifique ao menos um beneficio importante que a organização poderá ter ao lhe dar acesso. As organizações têm muita probabilidade de cooperar se acharem que têm algo a ganhar.



Elabore um plano para o estudante no Estudo de Caso 4.5 garantir consentimento para seu projeto. Com quais envolvidos ele deveria ter falado e em que ordem?

Comunicando-se com patrocinadores e participantes

Muitas vezes será necessário comunicar-se com patrocinadores e/ou participantes para explicar os propósitos da pesquisa e obter sua cooperação. Ao fazê-lo, as cartas ou os formulários de informações aos participantes devem incluir todos os seguintes elementos:

- ✓ Uma breve descrição do projeto, em forma e linguagem que possa ser facilmente entendida.
- ✓ O uso do estudo e de quaisquer benefícios potenciais aos participantes (incluindo benefícios aos participantes de grupos--controle, se houver).
- ✓ As obrigações e os compromissos deles, participantes, durante o estudo, princi-

☑ Estudo de Caso 4.5

A IMPORTÂNCIA DE OBTER APOIO EM PESQUISA DE CAMPO

Esta é uma história real. Um estudante de mestrado, cuja dissertação tratava de "a experiência no varejo" dos compradores, decidiu que coletaria dados não apenas interceptando compradores na rua, mas entrando em uma grande loja de departamentos no Reino Unido com sua câmera de vídeo. Ele não havia dito a seu orientador o que faria, nem pedido permissão à loja para suas atividades. Os primeiros dois minutos de sua coleta de dados "etnográficos" transcorreram sem problemas. Ele filmou alguns compradores dando uma olhada na secão de roupas femininas. O que ele não percebeu, é claro, é que o sistema de segurança da loja também o estava filmando. Ao olhar pela lente, viu dois seguranças muito grandes se aproximando rapidamente dele. Ainda tentando balbuciar uma explicação, ele se viu agarrado pelos guardas e arrastado sem cerimônias à saída da loja e à rua em frente. Fim da coleta de dados. Seu orientador, mais tarde, pediu que ele escrevesse uma carta ao gerente da loja, com um pedido de desculpas.

- palmente em termos de compromisso de
- ✓ O direito de se retirar do estudo sem ter que apresentar uma razão e uma garantia de confidencialidade sobre todos os dados e informações identificáveis.
- ✓ Nome e endereço de quem os participantes devem contatar se tiverem reclamações ou preocupações com o estudo, ou apenas precisarem de mais informações. Isso pode incluir o orientador do pesquisador e/ou informações de contato do comitê de ética respectivo.

Para as pesquisas de levantamento, o fato de que um questionário seja retornado geralmente é considerado como uma indicação de consentimento, mas isso deve ser declarado claramente na folha de informações fornecida. Observe que, mesmo quando uma organização dá permissão para que a pesquisa aconteça, ainda é essencial que todos os participantes sejam informados completamente sobre as metas do projeto e o papel deles nele. Também pode ser pedido que assinem formulários de consentimento (ver a seção a seguir).



🗹 Dica Quente 4.3

Para dar ao formulário ou carta de informações a necessária credibilidade, é comum imprimir o conteúdo em papel timbrado de sua instituição. Se você é estudante, uma assinatura de seu orientador ou supervisor de pesquisa costuma ajudar.

Emitindo formulários de consentimento

Esses formulários são utilizados quando os participantes são envolvidos em grupos focais, entrevistas ou formas semelhantes de coleta de dados. Geralmente, a informação dada nesses formulários incluirá: a maneira de coletar a informação (p. ex., gravação), como os dados serão armazenados e se os participantes serão citados diretamente. É essencial que os formulários de consentimento sejam claros sobre os direitos dos participantes de se retirar a qualquer momento. O Ouadro 4.4 apresenta um exemplo desse tipo de formulário.

Passos práticos para evitar danos

Há várias maneiras práticas de um pesquisador causar dano físico, psicológico ou emocional, ou mesmo apenas constrangimento, de forma que é essencial que ele identifique qualquer potencial para isso e dê os passos para aliviar a situação. Por exemplo, se o projeto de pesquisa estiver voltado a assédio no local de trabalho, seria prudente identificar terapia ou outros serviços de apoio, em caso de os respondentes mostrarem sinais de desconforto e precisarem ser encaminhados para assistência.

Na Internet 4.1

Compare e identifique as diferenças entre algumas das seguintes páginas na internet para verificar seus códigos de ética:

- ✓ Academy of Management (AoM): www.aomonline.org/aom.asp?ID=268
- ✓ Social Research Association (SRA): www.the-sra.org.uk/ethical.htm
- ✓ Economic and Social Research Council (ESRC): http://www.esrc.ac.uk/ESRCInfoCentre/ index.aspx
- ✓ American Psychological Association: http://www.apa.org/ethics/code.html
- ✓ British Educational Research Associa
 - http://www.bera.ac.uk/guidelines.html
- ✓ Central Office for Research Ethics Com
 - http://www.corec.org.uk/
- ✓ Institute of Management Consultants (ver Ethics and Discipline, em Our Standards): http://www.imc.co.uk/index3.html

QUADRO 4.4

Exemplo de formulário para consentimento de participantes

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPANTES

Título do projeto de pesquisa:

- √ Li o folheto de Informação aos Participantes o qual descreve a natureza e o propósito do projeto de pesquisa e concordo em participar.
- ✓ Entendo o propósito do projeto de pesquisa e a natureza de meu envolvimento nele.
- ✓ Entendo que posso me retirar do projeto de pesquisa a qualquer momento e que isso não afetará minha situação no projeto, agora ou no futuro.
- ✓ Entendo que, embora a informação obtida durante o estudo possa ser publicada, não serei identificado e meus resultados pessoais permanecerão confidenciais.
- ✓ Entendo que posso ser gravado durante qualquer entrevista e que me reservo o direito de interromper a gravação a qualquer momento durante a entrevista.
- ✓ Entendo que os dados serão mantidos confidencialmente em um lugar seguro e em um computador protegido por senha, na forma de cópias eletrônicas ou físicas de transcrições e gravações de áudio. Esses dados estarão acessíveis ao pesquisador.
- ✓ Entendo que posso entrar em contato com o Diretor de Pesquisa se quiser mais informações sobre o estudo e posso contatar o Coordenador de Ética em Pesquisa da (nome da instituição) se quiser fazer uma reclamação relacionada a meu envolvimento no estudo.

Assinado

(Participante da pesquisa)

Nome em letras de forma

Data

Assinado

(Diretor de pesquisa)

Nome em letra de forma

Data

Informações de contato

Diretor de pesquisa: (nome e informações de contato)

Coordenador de Ética em Pesquisa: (nome e informações de contato)

ÉTICA E PESQUISA EM GESTÃO

Bell e Bryman (2007) sugerem que a pesquisa sobre gestão tem tendido a utilizar os marcos éticos desenvolvidos por pesquisadores das ciências sociais em disciplinas relacionadas, como psicologia ou sociologia, ou por organizações como a Market Research Society. Isso ocorre apesar de os pesquisadores de gestão se depararem com frequência com tipos de situações éticas diferentes das de outros pesquisadores sociais. Se os marcos éticos melhoram ou não a reputação de pesquisadores de gestão ou funcionam

como limitadores da autonomia profissional do pesquisador também é uma provável fonte de discussão e debate. Contudo, sejam quais forem os argumentos a favor e contra essas proposições, o que é menos polêmico é que a maioria dos pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação está mal preparada para incorporar as normas éticas em sua pesquisa.

Dito isso, Bell e Bryman levantam algumas preocupações importantes sobre o valor de muitos marcos éticos atuais para a pesquisa em gestão. Embora eles certamente possam ser importantes - por exemplo, quando os estudantes utilizam seus colegas na amostra de pesquisa – ao investigar o mundo fora da universidade, os pesquisadores muitas vezes estão em desvantagem. Isso porque, embora seja positivo, em princípio, obter o "consentimento informado", na prática isso deixa de reconhecer o desequilíbrio de poder entre pesquisadores e organizações (Bell e Bryman, 2007). Por exemplo, quando são sujeitos de um projeto de pesquisa, os administradores tendem a exercer mais poder e possuir um status superior ao dos próprios pesquisadores. As organizações também podem determinar o que permitirão que seja considerado como foco legítimo de um estudo e o que consideram "fora dos limites". Sendo assim, os pesquisadores podem ter que assinar acordos de confidencialidade antes de realizar a pesquisa, restringindo a informação que podem divulgar posteriormente sobre a organização, incluindo formas de ocultar a identidade desta. Mesmo assim, o significado de um caso muitas vezes só é entendido fazendo-se referência a informações fundamentais que podem incluir a localização geográfica da organização, sua história e sua marca (Bell e Bryman, 2007). Tampouco fica sempre claro nos marcos éticos se a confidencialidade se refere a participantes individuais ou à sua organização.

ÉTICA F INTERNET

A internet pode ser uma ferramenta valiosa para a coleta de dados, seja usando questio-

nários em sites ou facilitando discussões ou grupos focais pela rede. Entretanto podem surgir algumas questões éticas graves. Um problema é a amostragem: com alguns grupos sociais sendo sub-representados no uso da internet, as amostras podem ser tendenciosas ou pouco representativas. Outro problema é que os entrevistadores nunca podem ter certeza absoluta de que os comentários dos respondentes não serão acessados por hackers nos computadores. Também há o perigo de que alguns respondentes falsifiquem ou alterem suas identidades, personalidades ou funções durante interações pela internet. Por exemplo, eles podem ficar menos constrangidos para dar informações deliberadamente falsas ao preencher uma pesquisa de levantamento pela internet do que quando estão na presença de um entrevistador. Mais do que isso, há menos oportunidade para se determinar a precisão das respostas. Ao utilizar entrevistas ao vivo, o entrevistador tem a oportunidade de observar a linguagem corporal e ouvir a tonalidade da voz dos respondentes, o que possibilita alguma corroboração da honestidade das respostas apresentadas. Isso, entretanto, é claramente impossível com interações pela internet. A relação entre pesquisador e informante é modificada inevitavelmente pelo ambiente eletrônico (DeLorme et al., 2001).

Uma fonte importante e crescente de comunicação interpessoal é via salas de bate-papo pela internet, portanto, não surpreende que o conteúdo e as interações dentro dessas estruturas despertem cada vez mais o interesse dos pesquisadores. Contudo, como dizem Hudson e Bruckman (2004), uma ampla gama de dilemas éticos se apresenta, entre eles:

- ✓ É ético entrar em uma sala de bate-papo e registrar seu conteúdo para propósitos de pesquisa?
- ✓ É necessário obter consentimento informado antes de entrar?
- ✓ É suficiente apenas anunciar a presença dos pesquisadores e oferecer aos participantes a opção de se retirarem?
- ✓ Como se devem proteger dados coletados em salas de bate-papo?

Ao tentar determinar a postura ética adequada, Hudson e Bruckman (2004) adotam uma série de metáforas diferentes para descrever a internet, cada uma delas levando a uma conclusão distinta sobre como os sujeitos em salas de bate-papo deveriam ser tratados (ver o Quadro 4.5). Em alguns espaços da internet, os comentários dos autores mostram claramente que eles consideram suas conversas como privadas, de forma que as convenções éticas comuns que se aplicam à pesquisa com sujeitos humanos também influenciariam. A situação se torna mais complicada quando, dentro do mesmo fórum, um conjunto de participantes está promovendo uma causa política enquanto outros o estão usando como um espaço provado.

Em um estudo de Hudson e Bruckman (2004) (aprovado pelo comitê de ética de seu local de trabalho), os pesquisadores entraram em um total de 525 salas de bate-papo para avaliar como os participantes reagem a estudos pela internet. Eles encontraram uma reação esmagadoramente negativa quanto a ser estudados sem consentimento prévio. Quando tiveram a opção de "optar pela entrada" no estudo, apenas 4 de 766 indivíduos o fizeram, mostrando que a tentativa de obter consentimento para estudar salas de bate-papo é praticamente inviável. Sendo assim, essa pesquisa só é possível quando o

pesquisador estiver oculto. Como isso pode ser antiético, os pesquisadores concluem que o único passo ético é tentar obter aprovação prévia de um comitê de ética competente. Ao fazê-lo, o pesquisador não pode afirmar que os respondentes serão anônimos, mesmo que eles usem pseudônimos (o que frequentemente é o caso), pois os endereços IP sempre podem ser associados a computadores individuais. Outra preocupação que um comitê de ética teria que considerar seria o risco de menores de idade se tornarem sujeitos de pesquisa. Nas salas de bate-papo, é praticamente impossível se certificar da idade de quem está participando. Considerando-se o número crescente de pessoas que usam a internet, é provável que alguns menores sejam pegos na rede da pesquisa com salas de bate-papo. Como essa pesquisa envolvendo menores requer proteção mais rígida aos sujeitos, o comitê de ética também pode querer discutir as implicações desse detalhe. Hudson e Bruckman (2004) afirmam que o comitê só suspende a necessidade de consentimento informado quando se cumprirem quatro critérios, a saber:

- ✓ A pesquisa envolve risco não mais do que mínimo aos participantes.
- ✓ Qualquer suspensão de consentimento informado não afetará os direitos ou o bem-estar dos sujeitos.

QUADRO 4.5

Metáforas e como os sujeitos na internet deveriam ser tratados pelos pesquisadores

Metáfora	Implicações para o tratamento de sujeitos
Praça pública	O pesquisador está livre para observar o comportamento e escrever sobre resultados agregados.
Sala de estar privada	O pesquisador deve obter permissão de participantes.
Reunião de associação comunitária	O pesquisador está livre para observar o comportamento mas deve citar o autor de declarações.
Seção de cartas de um jornal	O pesquisador não precisa de permissão, mas tem que citar suas referências.

- ✓ A pesquisa não pode ser feita sem a concessão da suspensão.
- ✓ Sempre que for adequado, os sujeitos receberão informação pertinente extra depois da participação.

Sendo assim, no caso de sua própria pesquisa, Hudson e Bruckman indicaram aos participantes das salas de bate-papo um *site* em que o propósito e metodologia do estudo era explicado. Voltaremos a questões éticas e a internet no Capítulo 16.

ATIVIDADE 4.7

Consulte a página da Association of Internet Research (http://aoir.org/) e procure o link do grupo de trabalho sobre ética (Ethics Working Group), onde encontrará o relatório sobre ética da associação, de 33 páginas, publicado em 2002.

PESQUISANDO EM SUA PRÓPRIA ORGANIZAÇÃO

Se você estuda em meio expediente ou exerce uma função de consultoria interna, pode precisar, e querer, realizar pesquisa em sua própria organização. Ser parte de uma organização significa que você muitas vezes tem um entendimento mais claro das questões que requerem pesquisa, ou pode ter um colega de trabalho que lhe pediu para participar em um determinado projeto. Em ambos os casos, trabalhar internamente costuma ser benéfico, pois o acesso é mais fácil a recursos, incluindo os recursos humanos. Entretanto, a familiaridade com uma organização também pode levar a problemas, principalmente para proteger o anonimato dos respondentes, muitos dos quais podem ser conhecidos do pesquisador. O fato de o pesquisador poder ser conhecido dos participantes também faz com que alguns não respondam tão honestamente quanto o fariam em outras circunstâncias, ou até mesmo se retirem da participação. Observe que, mesmo que tenha obtido permissão da organização para realizar a pesquisa, isso não quer dizer que os funcionários tenham obrigação de participar. Em termos ideais, a organização deveria conseguir identificar os participantes mais adequados ao projeto, mas, depois disso, a participação deve ser absolutamente voluntária. Se for detectado o mais leve sinal de coerção, a pesquisa não deve prosseguir. Há uma série de abordagens para garantir que os direitos de indivíduos dentro de organizações que você conhece não sejam desrespeitados. Polonsky (1998) sugere:

- √ Fazer com que outras pessoas na organização coletem os dados de forma anônima.
- ✓ Fazer com que outro membro da equipe de pesquisa (se há outro), que não esteja envolvido com a firma, colete os dados
- ✓ Usar envelopes com porte pago e caixas de coleta para respostas no caso de pesquisa de levantamento.

Deve-se enfatizar que as respostas não apenas devem ser anônimas, mas devem ser consideradas anônimas pelos participantes. Se não for esse o caso, é mais do que provável que as taxas de retorno de pesquisas de levantamento diminuam e as taxas de recusa para entrevistas sejam mais altas.

ÉTICA E RELATÓRIOS DE PESQUISA

Mesmo quando a pesquisa tiver sido conduzida usando desenhos consistentes e ferramentas de coleta de dados cuidadosamente construídas, ainda é possível haver problemas, ao se produzir um relatório de pesquisa, ou uma dissertação, que contenha erros ou seja enganoso. A ética, portanto, também cumpre um papel importante nessa etapa do processo de pesquisa. A ética da elaboração de relatórios é discutida com mais profundidade no final do Capítulo 19.

UMA LISTA PARA A VERIFICAÇÃO DE QUESTÕES ÉTICAS

O Quadro 4.6 apresenta uma breve lista de algumas das questões que analisamos até este ponto. O Estudo de Caso 4.6 e a Atividade 4.8 proporcionam uma oportunidade para que você aplique alguns desses princípios e ilustra algumas das complexidades de se tentar adotar uma postura ética em situações da "vida real".

QUESTÕES DE SEGURANÇA PARA PESQUISADORES

A segurança provavelmente não é um problema de muita importância para a maioria dos pesquisadores quando eles planejam

ATIVIDADE 4.8

Examine o Estudo de Caso 4.6 e reflita sobre as seguintes perguntas:

- A pesquisa é conduzida por um pesquisador ou um consultor? Isso faz alguma diferença para as questões éticas envolvidas?
- Foram dados passos suficientes para salvaguardar princípios éticos? Há algum outro passo que possa ser dado?
- 3. A pesquisa deveria ser abandonada antes da etapa qualitativa?

Sugestões de resposta são apresentadas ao final do capítulo.

QUADRO 4.6

Lista para a verificação de questões éticas

Questão ética Descrição	
Privacidade	Direito de não participar. Direito de ser contatado em momentos razoáveis e se retirar a qualquer momento.
Promessa e reciprocidade	O que ganham os participantes ao cooperar com a pesquisa? Se forem feitas promessas (como uma cópia do relatório final), cumpra-as
Avaliação de risco	De que formas a pesquisa colocará as pessoas sob estresse psicológico, riscos legais, ostracismo por parte de colegas e outros? Haverá repercussões políticas? Como você planeja tratar desses riscos?
Confidencialidade	Quais são os tipos de promessas razoáveis de confidencialidade que podem ser cumpridas na prática? Não faça promessas que não possam ser cumpridas.
Consentimento informado	Qual o tipo de consentimento formal é necessário e como será informado?
Acesso aos dados e sua propriedade	Quem terá acesso aos dados e a quem eles pertencem? Certifique-se de que isso seja especificado em qualquer contrato de pesquisa.
Saúde mental do pesquisador	Como o pesquisador será afetado pela realização da pesquisa? O que verá ou ouvirá que possa demandar uma sessão de informações ou orientação?
Aconselhamento	Quem o pesquisador usará como confidente ou conselheiro em questões de ética durante a pesquisa?

☑ Estudo de Caso 4.6

DILEMAS ÉTICOS NA PESQUISA

Uma empresa de serviços financeiros implementa um novo sistema de tecnologia da informação que proporciona o uso de correio eletrônico a todos os funcionários, independentemente de seu cargo. Depois de 12 meses, os diretores estão ansiosos para saber se o investimento está dando retorno financeiro. Um indicador é se o sistema de correio eletrônico está melhorando a comunicação entre funcionários e a produtividade geral. Sendo assim, querem uma análise do tráfego de mensagens. Uma pesquisadora externa é contratada para realizar o estudo.

Ela decide utilizar uma mistura de **métodos quantitativos** e **qualitativos**. No lado quantitativo, não há problema para negociar o acesso à informação, pois tudo o que ela tem que fazer é contatar o chefe dos serviços de informação. Como esse é um projeto legítimo da empresa, encomendado pela direção executiva, ele é obrigado a dar à pesquisadora livre acesso a qualquer informação que ela solicitar.

No lado qualitativo da pesquisa, ela quer entrevistar uma amostra de 40 funcionários. Considerando que seria antiético impor-se a essas pessoas, ela escreve a todas elas solicitando acesso individualmente e dá detalhes do propósito de pesquisa, a forma como a informação está sendo coletada e quem lerá o relatório final. Ela havia feito uma solicitação à direção executiva para ter permissão para fornecer um resumo do relatório final a todos os respondentes, mas foi recusada. Apesar de suas garantias, apenas 12 membros da amostra original concordaram em ser entrevistados, a maioria alegando que estava muito ocupada. Uma opção seria obter uma instrução do diretor-administrativo para que todos cooperassem. Porém, ela decide que isso seria não apenas contraproducente, mas também antiético, por uma série de razões, principalmente porque as respostas não seriam mais voluntárias. Mais tarde, ela decide que essas 12 entrevistas em profundidade seriam suficientes para gerar dados de alta qualidade.

Tendo estabelecido as entrevistas, a pesquisadora inicialmente se volta à análise quantitativa das mensagens, as quais ela pretende situar em várias categorias. Entretanto, à medida que a pesquisa avança, ela descobre um número significativo de e-mails pessoais, incluindo piadas, um grupo que fazia apostas, planos para atividades ilícitas e comentários provocadores sobre os gerentes seniores e a direção executiva!

Agora, ela está diante de um difícil dilema ético, e decide incluir descrições gerais dos e-mails pessoais em seu relatório, mas não revelar os nomes dos indivíduos (embora não fosse difícil para a empresa identificá-los, dado que agora tem um sistema que registra e-mails e possibilita auditoria). Ela também decide que fará algumas perguntas sobre e-mails pessoais em suas entrevistas para obter uma perspectiva dos funcionários. Antes de fazer isso, ela dá mais uma olhada na carta aos entrevistados e na descrição de sua pesquisa. Decide que a descrição, "Investigar o propósito do tráfego de correio eletrônico", ainda é válida e não é necessária mais uma carta anunciando a nova sondagem em "e-mails pessoais". Os participantes ainda receberão a garantia de que podem se recusar a responder a qualquer pergunta e que suas respostas serão anônimas.

sua pesquisa. Muitas vezes, os respondentes são conhecidos do pesquisador ou, se estiver usando entrevistas para coletar dados, elas são realizadas por telefone ou em um local público. Ocasionalmente, contudo, o estudo pode demandar que as entrevistas sejam feitas na casa de alguém ou em um local de trabalho isolado, em circunstâncias em que o respondente não é conhecido do pesquisador. Kenyon e Hawker (1999) levantaram essa questão em uma discussão por *e-mail* com colegas pesquisadores (ver o Estudo de Caso 9.2, no Capítulo 9, p. 189). Embora a

maioria dos pesquisadores (felizmente) nunca tivesse vivenciado qualquer problema, uma minoria o tinha, e, como comentam os autores, "uma vez basta". Sua pesquisa de levantamento por *e-mail* os ajudou a compilar uma lista de diretrizes de "melhores práticas" para segurança de pesquisadores, apresentadas no Quadro 4.7. Mais uma vez, deve-se enfatizar que a maioria dos entrevistadores não enfrenta qualquer problema importante ao realizar sua pesquisa. No entanto, como essas diretrizes deixam claro, melhor prevenir do que remediar.

QUADRO 4.7

Diretrizes de melhores práticas para segurança de pesquisadores

Equipamento	Leve um telefone celular. Isso ajuda os pesquisadores a "entrar e sair" de entrevistas e um meio de solicitar ajuda se for necessário.
	Use papel oficial para marcar esses fatores e confirmar entrevistas e mostre uma identificação se a tiver, pois ajudam a confirmar sua identidade profissional e mostram que você faz parte de uma instituição.
Conduta pessoal	Desenvolva uma capacidade de observar a linguagem corporal (tanto a sua quanto a dos respondentes).
	Seja honesto, mas não exageradamente simpático, vista-se de maneira apropriada e evite portar ou usar coisas de muito valor.
Conhecimento e responsabilização	Tenha um bom conhecimento do ambiente de trabalho tanto em termos do local da pesquisa quanto da região em que está situado.
	Registre e informe qualquer dúvida ou incidente, por mais triviais que pareçam.
	Informe outras pessoas (principalmente amigos ou parentes) de seu paradeiro e seus movimentos durante todo o tempo enquanto estiver em trabalho de campo.
Estratégias de evitação	Use o dia para fazer as entrevistas, se for possível.
	Quando entrevistar alguém em sua casa, leve um segundo entrevistador junto, como "proteção".
	Evite áreas potencialmente perigosas, como escadarias não iluminadas, elevadores e prédios vazios.
	Tente usar informantes que sejam "conhecidos" de alguma maneira, por exemplo, por meio de uma terceira pessoa ou de uma rede.
	Respondentes do sexo masculino devem ser avaliados por meio de amigos ou parceiros.
	Evite pressionar alguém para que participe da pesquisa.

Resumo

- √ A ética da pesquisa se refere aos princípios morais que a orientam, para realizá-la de forma responsável e moralmente defensável.
- ✓ Nos últimos anos, houve um crescimento substancial nos marcos éticos construídos por associações profissionais e outras instituições, como universidades. Isso serve para promover padrões profissionais mais elevados, mas também decorre de uma preocupação com evitar processos judiciais por parte de respondentes.
- ✓ Qualquer pesquisa envolvendo o estudo de populações humanas pode implicar considerações éticas, mas particularmente a que lida com grupos vulneráveis envolve temas delicados os quais poderiam gerar desconforto e ansiedade ou envolver qualquer elemento de engano.
- ✓ Entre os princípios centrais à pesquisa, estão os seguintes: evitar danos aos participantes, garantir consentimento informado, respeitar a privacidade dos participantes e evitar o engano.
- ✓ Na maioria dos casos, as instituições esperam que os pesquisadores preencham uma proposta ou um protocolo de ética, o qual depois será avaliado pelo comitê de ética da instituição.
- ✓ Ao obter a cooperação dos participantes, devem ser usados formulários de participação que descrevam o propósito do estudo e o que está sendo pedido aos participantes.
- ✓ A internet é uma fonte relativamente nova de dados, sem qualquer organismo que a comande para estabelecer padrões éticos. Os pesquisadores devem adotar o marco ético de sua instituição ou associação profissional, observando que as abordagens éticas à coleta de dados na internet ainda estão surgindo.
- ✓ Pesquisar sua própria organização levanta desafios específicos sobre a garantia de consentimento informado e a verdadeiro anonimato dos respondentes.
- ✓ As questões relativas à segurança se aplicam igualmente a pesquisadores e a respondentes. Você deve garantir que sempre tomará as precauções necessárias para sua própria segurança ao realizar pesquisa.

Resumo de endereços na internet

www.aomonline.org/aom.asp?ID=268 www.the-sra.org.uk/ethical.htm

http://www.esrc.ac.uk/ESRCInfoCentre/index.aspx

http://www.aapor.org/aaporcodeofethics?s=ethics

http://www.apa.org/ethics/code.html

http://www.bera.ac.uk/guidelines.html

http://www.corec.org.uk/

http://www.imc.co.uk/index3.html

http://aoir.org/

Leituras complementares

Oliver, P. (2003) *The Student's Guide to Research Ethics*. Maidenhead: OUP. Um olhar escrito de forma clara e abrangente à ética, tanto em termos de processo geral de pesquisa, quanto por temas éticos individuais. Uma série de diálogos imaginados entre dois pesquisadores dá ao leitor uma visão das complexidades éticas que enfrentamos na pesquisa.

Israel, M. and Hay, I. (2006) Research Ethics for Social Scientists. London: Sage. Explora os códigos de ética em uma ampla gama de países diferentes e as tensões que surgiram entre pesquisadores e reguladores. Particularmente útil para aqueles cujo foco de pesquisa é a própria ética.

Encerra aqui o trecho do livro disponibilizado para esta Unidade de Aprendizagem. Na Biblioteca Virtual da Instituição, você encontra a obra na íntegra.



Assista a seguir a Dica do Professor sobre a ética na pesquisa.



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.



1) A ética consiste:

- **A)** Em conjuntos de metas morais ou normas que são adotadas para guiar as escolhas morais de comportamento e relacionamento.
- **B)** Em conjuntos morais ou normas que são adotadas para guiar as escolhas morais de comportamento e relacionamento.
- C) Em conjuntos de princípios morais ou normas que são adotadas para guiar as escolhas morais de comportamento e relacionamento.
- **D)** Em conjuntos de princípios morais que são adotados para guiar as escolhas morais de comportamento e relacionamento.
- **E)** Em conjuntos de princípios morais ou normas que são adotadas para guiar as escolhas morais.

2) A ciência da moralidade significa:

- A) Realizar pesquisa de maneira a adotar a metodologia mais apropriada, de forma responsável e moralmente defensável.
- B) Realizar pesquisa de maneira objetiva.
- C) Realizar pesquisa de maneira que vá além de simplesmente adotar a metodologia mais apropriada.
- **D)** Realizar pesquisa de maneira a produzir dados que comprovem a metodologia e a conclusão.
- E) Realizar pesquisa de maneira que vá além de simplesmente adotar a metodologia mais apropriada e realizá-la de forma responsável e moralmente defensável.
- 3) Os princípios éticos se enquadram em quatro áreas principais. Marque a alternativa que nos revela esses princípios.
- **A)** Evitar danos aos pesquisadores, garantir um consentimento informado, respeitar a privacidade e evitar o uso de engano.

- B) Evitar danos aos participantes, respeitar a privacidade e evitar o uso de engano.
- **C)** Evitar danos aos participantes, garantir um consentimento informado, respeitar a privacidade e evitar o uso de engano.
- **D)** Evitar danos aos participantes, garantir um consentimento informado, evitar a privacidade e evitar o uso de engano.
- **E)** Evitar danos aos participantes, garantir um consentimento informado, respeitar a privacidade e evitar o uso da teoria.

4) O que é Comitê de Ética em Pesquisa (CEP):

- A) É um colegiado interdisciplinar que deve existir nas instituições brasileiras que realizam pesquisas envolvendo seres humanos. Foi criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos Resolução CNS 469/96, II.4).
- B) É um colegiado interdisciplinar que deve existir nas instituições brasileiras que realizam pesquisas envolvendo seres humanos. Foi criado para defender os interesses das instituições em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos Resolução CNS 196/96, II.4).
- C) É um colegiado interdisciplinar que deve existir nas escolas brasileiras que realizam pesquisas envolvendo seres humanos. Foi criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução CNS 196/96, II.4).
- D) É um conselho que deve existir nas instituições brasileiras que realizam pesquisas envolvendo seres humanos. Foi criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução CNS 196/96, II.4).
- **E)** É um colegiado interdisciplinar que deve existir nas instituições brasileiras que realizam pesquisas envolvendo seres humanos.

Marque a alternativa que nos traduz questões que implicam um elemento normalmente mais amplo de risco ético.

- A) Pesquisa envolvendo grupos vulneráveis.
- **B)** Pesquisa envolvendo grupos vulneráveis como, por exemplo, crianças e jovens, pessoas com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais ou indivíduos em relação de desigualdade ou dependência.
- C) Crianças e jovens, pessoas com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais.
- D) Pesquisa envolvendo grupos vulneráveis como, por exemplo, crianças e jovens.
- E) Pesquisa envolvendo ratos de laboratório.

国 Na prática

Alice realizou uma pesquisa para seu projeto junto a uma instituição de ensino em um abrigo da cidade do Rio de Janeiro. Ela conviveu pouco mais de dois meses com um público que compreende crianças e jovens de 1 a 29 anos de idade.



Ao final desse projeto e de sua apresentação, ela divulgou em sua pesquisa escrita dados e fotos do local e das pessoas (crianças e jovens envolvidos). Alice havia feito tudo corretamente, até mesmo o termo de consentimento do abrigo ela tinha em mãos. Só que Alice rompeu com um dos princípios éticos da pesquisa que foi o não respeito da privacidade daquele público objeto de pesquisa. Ela teve seu projeto interrompido que acarretou muitos danos ao planejamento da instituição, bem como as avaliações perante a órgãos como, por exemplo, CAPES.



Para ampliar o seu conhecimento a respeito desse assunto, veja abaixo as sugestões do professor:

Revisão ética na pesquisa em ciências humanas e sociais



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.

Diálogos - Ética na pesquisa



Aponte a câmera para o código e acesse o link do conteúdo ou clique no código para acessar.